



O líder do Governo Carlos Sant'Anna iniciou ontem os contatos com os cincoanistas

Governo quer formar um batalhão pelos 5 anos

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Depois de se conscientizar que perdeu o controle dos moderados e liberais no plenário da Constituinte e que isso poderá se refletir nas votações restantes, inclusive do mandato presidencial, o Governo resolveu investir na criação de um batalhão de choque, capaz de não só responder às severas críticas que lhe são feitas diariamente no pinga-fogo, como rearticular seu bloco, até aqui funcionando na informalidade. Três pontos são alvo das preocupações: mandato presidencial, segundo turno de votação e defesa do Governo.

O primeiro passo nessa direção foi dado ontem pelo líder Carlos Sant'Anna, que reuniu em seu gabinete, pela manhã, um grupo de deputados, que por sinal sempre esteve muito próximo dele. Todos são ferrenhos defensores dos cinco anos de mandato e foram chamados, inicialmente, para fazer uma avaliação pormenorizada do quadro político atual. Mais ou menos na base do "onde falhamos" e nas consequências futuras destas falhas.

Uma nova reunião já está marcada para terça-feira. Na de ontem, estavam presentes os deputados Ricardo Fiuzza, Expedito Machado, Luiz Eduardo Magalhães, Rita Furtado, Paes Landim, Oscar Corrêa Jr., Jorge Vianna, Otomar Pinto, Délio Braz, Roberto Cardoso Alves, Geraldo Fleming, Albérico Filho e Osvaldo Sobrinho, entre outros. Mas a idéia é recrutar outros homens já familiarizados com a liderança do Governo como Marcos Lima e Milton Reis.

Na verdade, esse trabalho apenas ganhará ares de forma-

lidade, permitindo que os participantes se reúnam em conjunto, dispensando a forma usada até agora por Carlos Sant'Anna, que nunca conversou com mais de três de cada vez. Ontem, ficou claro também que a liderança do Governo não estava ferindo as normas regimentais para criar um colégio de vice-líderes, porque lhe faltaria respaldo legal. Pretende, contudo, conquistar o apoio das lideranças formais dos partidos que têm demonstrado lealdade ao presidente José Sarney. E acha que chegou a hora de formalizar o bloco governista.

O Governo quer fincar a base desse grupo mais no PFL do que no PMDB, constatando que este último sofre de uma grave crise interna e não vale a pena investir para aumentar a cisão. Deste modo, quem quiser poderá se alinhar naturalmente. Depois, o líder Carlos Sant'Anna quer manter entendimentos com Amaral Neto e Gastone Righi, respectivamente do PDS e do PTB, fazendo de José Lourenço, do PFL, seu braço direito.

Há no quadro que se arma a preocupação de respeitar os programas partidários, algo que, por sinal, tem sido dito todas as vezes que o Governo tenta formar sua base de sustentação parlamentar. Isso tem sido a meta do trabalho de Carlos Sant'Anna, embora ele tenha feito constantes recuos estratégicos.

A atuação desse grupo será tanto na Câmara como na Constituinte. Os deputados disseram ontem a Carlos Sant'Anna que será impossível defender um Governo cujos ministros, notadamente os da área econômica se afastam dos políticos. Isso será contornado com a interferência direta do presidente José Sarney, a quem caberá aumen-

tar o entrosamento de seus auxiliares com os integrantes do seu bloco.

Ontem, os participantes deixaram claro ao líder Carlos Sant'Anna que se vierem a se engajar no bloco desejam conhecer e interferir politicamente nas decisões, dispensando a prática de comer prato feito, ou apenas amargar as consequências de defender medidas antipáticas na tribuna. Houve também uma crítica ao processo desarticulado que vigorou para as votações realizadas até agora. Em muitas, inclusive, com a total omissão do Governo, como aconteceu na parte econômica e tributária.

Para formar esse batalhão de choque serão chamados os constituintes que vêm no Governo Sarney o veículo para atravessar a fase de transição, e, portanto, querem um mandato de cinco anos. Para concretizar tal objetivo, assinalaram os políticos, chegou a hora de rearticular o grupo, o que na prática confirma as desconfianças de que o Centrão perdeu o fôlego e deve se desagregar.

Carlos Sant'Anna propôs ontem um esquema de trabalho, mas sabe que deverá recolher adesões parciais, apenas daqueles dispostos a abraçar realmente a causa governista. Outros, preferem oferecer lealdade descompromissada. Ele quer definir estratégias para as futuras questões temáticas, mas não escondeu sua preocupação com o segundo turno pois uma emenda supressiva pode alterar o conteúdo. E precisa arregimentar gente para responder imediatamente às críticas dirigidas ao Governo. Outra intenção é fazer com que esse grupo ultrapasse a Constituinte e ofereça a base parlamentar sonhada pelo presidente José Sarney.

Presidente adia viagem por mandato

Foi para acompanhar de perto a votação do capítulo das disposições transitórias da Constituinte que fixará a duração de seu mandato, prevista para dentro de 20 dias, que o presidente José Sarney decidiu, ontem, adiar a viagem que faria à Bolívia nos dias 18, 19 e 20 próximos. A justificativa oficial para o adiamento da viagem no entanto foi outra, segundo o portavoz do Governo, jornalista Carlos Henrique Almeida Santos: "A viagem à Bolívia ficou transferida para fins de junho ou início de julho porque as duas partes interessadas — Brasil e Bolívia — precisaram fazer alguns ajustes nas respectivas agendas".

ESTRATÉGIA POLÍTICA

O adiamento da viagem presidencial faz parte da estratégia política do Governo tendo em vista a aprovação dos cinco anos para o presidente Sarney. O esquema prevê o estreitamento das relações do presidente com os parlamentares, comportamento que pode ser sentido já nos últimos dias, com base na agenda presidencial: ontem Sarney recebeu nada menos que 60 parlamentares e, para hoje, estão agendados 56 outros, que irão ao Palácio da Alvorada. Isto sem contar as audiências extra-agenda. Simultaneamente, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, vem desempenhando trabalho parecido: entre audiências e telefonemas, atendeu deste o início da semana 50 parlamentares em média.

Os ministros ponta-de-lança do Governo, entre eles, Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, Prisco Viana, da Habitação, Jader Barbalho, da Reforma Agrária, Hugo Napoleão, da Educação, Iris Resende, da Agricultura, e Borges da Silveira, da Saúde, foram orientados para que deem toda prioridade aos políticos. "Haverá um esforço especial para atender as reivindicações dos parlamentares sempre que for possível" revelou um desses ministros que fez questão de ressaltar.

— As reivindicações serão atendidas na medida do possível. Ou seja, desde que não se contraponham à política de contenção dos gastos, através da qual o Governo espera reduzir o déficit público e, consequentemente, frear o processo inflacionário.

Cabral antecipa redação da Carta

EUGENIO NOVAES



Cabral ganha tempo organizando o que vai sendo aprovado

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, já tem redigidos 189 artigos da futura Constituição, prontos para serem apreciados pelo plenário na votação em segundo turno, que deve começar no final do mês. A medida em que o trabalho em primeiro turno vai sendo concluído, o relator analisa o texto e propõe modificações na forma — nunca no conteúdo — de modo a formar a redação mais clara e acessível, como convém a uma Constituição.

A idéia de Cabral é fazer com que a Comissão de Redação da futura Constituição — já nomeada mas ainda inativa — tenha o menor trabalho possível, colaborando para que o prazo de promulgação da nova Carta seja reduzido. A comissão teria sua primeira reunião de trabalho terça-feira passada, mas a polêmica em torno da reforma agrária impediu o comparecimento dos líderes partidários, ficando adiada para um momento de maior calma da Constituinte, mas ainda durante a votação em primeiro turno.

O deputado Bernardo Cabral ainda não sabe quantos artigos terá o texto constitucional que sairá da votação em primeiro turno, mas, até onde o texto foi sistematizado pelo Prodasen — o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal — houve uma redução, em relação ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização, de 9,4% — passou de 107 para 97 artigos. Além da diminuição física do

texto, o relator tem reorganizado artigos e parágrafos, colocando-os de maneira a se tornarem mais inteligíveis e claros à compreensão de qualquer brasileiro, do mais douto ao mais leigo. Um exemplo desta reorganização é a modificação proposta pelo relator ao artigo primeiro, dos princípios fundamentais (veja quadro). Em vez de deixar a redação do parágrafo como estava, Cabral numerou os fundamentos da República Federativa do Brasil, dando melhor visualização ao texto.

Há ainda artigos que foram transformados em parágrafos, por se tratarem de subtemas de textos já formulados. Eliminando repetições, o relator espera facilitar o trabalho da Comissão de Redação, que, se começasse

a analisar o texto só depois do primeiro turno, certamente demoraria muito mais do que deseja o presidente Ulysses Guimarães, que já manifestou sua vontade de promulgar a Constituição em julho.

"O texto da Constituição, assim como está, compactado, não é suficientemente claro e muitas vezes poderá impedir alguém, menos versado em leis, de o entender" — afirma Cabral, que espera ter pronta a sua versão, a ser apresentada ao plenário com as modificações propostas pela Comissão de Redação, para a votação em segundo turno. O relator garante, no entanto que não mexeu no conteúdo do texto aprovado, já que isto só poderia ser feito através de votação em plenário.

COMO MUDA O TEXTO APROVADO

Texto aprovado no primeiro turno

Art. 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito, visando a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a convivência em paz com a humanidade.

Texto renumerado e depurado

Art. 1º — Idêntico

Proposta de redação para o segundo turno

Art. 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito, visando a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos:

- I — A soberania
- II — A cidadania
- III — A dignidade da pessoa humana
- IV — Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- V — O pluralismo político
- VI — Convivência em paz com a humanidade.